

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Ricardo Stucker/PR



Lula aos senadores: situação será revertida

Soma das pesquisas pode dar ao governo algum alento

Não há ainda nada a se comemorar. Mas as pesquisas de opinião divulgadas na semana passada emitiram sinais trocados para o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Há um ponto comum em todas elas: a popularidade está baixa. Mas duas apontaram que ela parou de cair. Esse foi o dado mostrado pela AtlasIntel na terça-feira (1) e pelo Datafolha na sexta

(4). Entre as duas pesquisas, a da Quaest mostrou Lula com a maior desaprovação de toda a série. Divulgada na mesma quinta-feira (3), em que o ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência, Sidônio Palmeira, preparara um grande evento para mostrar o que o governo vem fazendo. De qualquer modo, a junção dos números pode dar algum alento.

Eleições

No campo eleitoral, a mesma pesquisa Quaest que apontou a maior desaprovação de Lula mostrou, por outro lado, que ele, ainda que tenha havido queda, vence na corrida pela cadeira presidencial em 2026 todos os seus adversários. Empata com Bolsonaro, inelegível.

Senadores

Foi com a soma da leitura de todos esses números que Lula foi se encontrar, na noite de sexta-feira, com os senadores na casa do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). Uma conversa de mais de quatro horas. Lula assegurou que o cenário será revertido.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Até onde ministros e Lula estavam juntos no ato?

Até onde os ministros estão mesmo com Lula?

Ao lado da ministra de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, Lula fez junto aos senadores um esforço de convencimento. Que claramente visa obter simpatia especialmente do Centrão, do grupo conservador de que necessita para obter sucesso em seu governo, melhorar sua popularidade e chegar competitivo

em 2026. Lula estava ali na casa de um dos comandantes do Centrão. E a conversa remetia a algo dito por Sidônio Palmeira na quinta, quando foi confrontado pelos jornalistas com os números ruins da pesquisa Quaest. Se as coisas vão mal, a responsabilidade precisa ser compartilhada com todos os ministros do governo.

Projetos

O Correio Político já abordou a questão. Lula até agora não avançou na reforma ministerial dando mais espaço ao Centrão porque não tem certeza se os projetos dos atuais ministros que já são do Centrão são iguais aos projetos dele. Eles promovem o governo?

Caiado

A mesma sexta que terminou com Lula conversando com senadores na casa de Alcolumbre, que é do União Brasil, começou com o seu partido lançando, em Salvador, na Bahia, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, à Presidência da República. Qual União vai prevalecer?

Interesses

Ou esses ministros se valem dos espaços de poder que têm para atender somente a seus próprios projetos ou a projetos diferentes dos seus partidos, que, em 2026, terão um candidato concorrendo com Lula, criticando seu governo e reduzindo suas conquistas?

IR

União que deve formar federação com o PP. Irá de Caiado? De Lula, como defende o ministro do Turismo, Celso Sabino? Alinhada ao bolsonarismo, como quer Ciro Nogueira (PP-PI). Na dúvida, Lula dá a Arthur Lira (PP-AL) a relatoria da redução do Imposto de Renda.



Ato reuniu milhares de apoiadores que clamaram por anistia aos envolvidos nos ataques de 8 de janeiro de 2023

Ato reúne Bolsonaro e governadores em SP

Ex-presidente critica inelegibilidade durante evento de Malafaia

Por Karoline Cavalcante

A Avenida Paulista, em São Paulo, foi palco de uma nova manifestação em apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) neste domingo (6), às 14h. Organizado pelo pastor evangélico Silas Malafaia, o ato reuniu milhares de apoiadores que clamaram por anistia aos envolvidos nos ataques de 8 de janeiro de 2023, quando as sedes dos Três Poderes em Brasília foram invadidas por manifestantes.

Durante seu discurso, Bolsonaro, que permanece inelegível até 2030 por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), afirmou que sua exclusão do pleito do próximo ano seria uma forma de “negar a democracia” e de “escancarar a ditadura no Brasil”. Ele também expressou sua “esperança” de que o apoio internacional à anistia se concretize, mencionando que seu filho, Eduardo Bolsonaro (PL-SP), está nos Estados Unidos, onde, segundo o ex-presidente, mantém conexões importantes. Eduardo, que pediu licença do cargo de deputado federal, encontra-se no exterior desde feve-

reiro, após solicitar afastamento por motivos pessoais.

Suprema Corte

O evento contou com a presença de diversas figuras políticas, incluindo o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG), que criticou duramente as penas impostas pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, aos presos pelos ataques de 8 de janeiro. Ferreira se referiu ao ministro como “ditador de toga” e expressou descontentamento com suas ações. “A que ponto chegamos, ir para a rua para dizer o óbvio de que altas penas são para criminosos, e não baderneiros”, afirmou Ferreira. “Ditadores de toga, principalmente Alexandre de Moraes, se utilizaram do dia 8 para nos amedrontar. Se lascaram, olha a gente aqui! Essa é a resposta para você, seu covarde”, completou.

O parlamentar também direcionou críticas ao ministro Luís Roberto Barroso, presidente da Suprema Corte, mencionando uma expressão usada por Barroso: “Perdeu, mané”, em resposta a um manifestante que questiona-

va o resultado eleitoral de 2022. “Primeiro, que isso é fala de bandido quando vai roubar alguém. O que você está querendo dizer com isso, Barroso? Que as eleições de 2022 foram um assalto? Porque, se for isso, fique em paz, que daqui a um ano e meio tem eleições de novo”, disse Ferreira.

A frase se tornou um símbolo após a cabeleireira Débora Rodrigues pichar a estátua da “Justiça” em frente ao STF, usando um batom, no dia 8 de janeiro de 2023. Desde então, Débora está detida, tendo cumprido dois anos em regime fechado e aguardando o retorno do julgamento em regime semiaberto. Durante a manifestação, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL) segurou um batom em referência a Débora e pediu ao ministro do STF Luiz Fux que não “jogasse o próprio nome na lama”. Fux é integrante da 1ª Turma do STF, que julga as acusações de tentativa de golpe de Estado após a derrota de Bolsonaro em 2022, e já havia interrompido o julgamento de Débora ao pedir vistas do caso.

Ato

O evento também contou

com a presença de sete governadores: Tarcísio de Freitas (Republicanos), de São Paulo; Romeu Zema (Novo), de Minas Gerais; Ratinho Junior (PSD), do Paraná; Wilson Lima (PL), do Amazonas; Ronaldo Caiado (União Brasil), de Goiás; Mauro Mendes (União Brasil), de Mato Grosso; e Jorginho Mello (PL), de Santa Catarina. O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), também estava confirmado, mas cancelou sua ida devido às chuvas que atingiram o estado no fim de semana.

A manifestação reuniu aproximadamente 44,9 mil pessoas, conforme estimativa feita pela Universidade de São Paulo, em parceria com o Cebrap e a ONG More in Common. A contagem foi realizada com base em imagens aéreas da multidão, capturadas por drones, e analisadas por meio de software de inteligência artificial. A verificação ocorreu durante o pico do evento, às 15h44. A mesma metodologia foi usada em março, no Rio, convocada por Bolsonaro e aliados, que reuniu cerca de 18,3 mil pessoas.

STF adianta julgamento de núcleo 2 sobre plano de golpe

Por Gabriela Gallo

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) adiantará o julgamento do núcleo 2 da tentativa de golpe de Estado para os dias 22 e 23 de abril. O julgamento antes estava previsto para os dias 29 e 30 de abril, os ministros da Primeira Turma avaliarão se aceitarão a denúncia do procurador-geral da República (PGR), Paulo Gonet, tornando os seis indiciados réus, ou não. Assim como o julgamento do núcleo principal da trama, que tornou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outros sete indiciados réus, o julgamento será dividido em três sessões: uma às 9h30 e outra às 14h, ambas dia 22, e uma sessão no dia 23 às 8h.

Os indiciados do núcleo 2 do plano de golpe são o ex-asserador de assuntos internacionais de Bolsonaro, Filipe Martins; o ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal (PRF) Silvinei Vasques; o ex-asserador de Bolsonaro Marcelo Câmara; o general do Exército Mário Fernandes; a ex-subsecretária de Segurança do Distrito Federal Marília de Alencar; e o ex-secretário adjunto de Segurança do DF Fernando de Sousa Oliveira. Todos são acusados de organizarem ações para “sustentar

a permanência ilegítima” de Jair Bolsonaro no poder, em 2022.

Anistia

Enquanto segue o julgamento na Suprema Corte sobre os envolvidos no plano de golpe de Estado, a oposição se esforça para pautar o projeto de lei que concede anistia aos presos envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília. Na sexta-feira (4) o líder da bancada do PL na Câmara dos Deputados, Sóstenes Cavalcante (RJ), anunciou que o Requerimento de Urgência para votar o PL da Anistia conta agora com 178 assinaturas. É necessário o apoio de ao menos 257 deputados federais para que texto possa ser votado em urgência no plenário da Casa.

Em um novo apelo para convocar a população a pressionar a votação da anistia, o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) publicou em suas redes sociais, também na sexta-feira, um vídeo que exige a soltura dos presos. No vídeo, ele compara a cabeleireira Débora dos Santos com Rosa Parks, ativista norte-americana pelos direitos de pessoas negras nos Estados Unidos. O ministro do STF Alexandre de Moraes pediu para uma ela uma pena de

14 anos de prisão por escrever com batom na estátua em frente ao STF “perdeu mané”. O julgamento foi suspenso por um pedido de vista do ministro Luiz Fux. Enquanto aguarda o julgamento, foi concedida a ela prisão domiciliar. A publicação é uma tentativa de repetir o alcance do vídeo publicado criticando uma eventual taxaço do Pix, o que não era verdade, que teve um largo alcance e gerou forte pressão popular.

Senado

Enquanto os deputados federais aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro articulam a aprovação da urgência do PL da Anistia, do outro lado do Congresso os senadores discutem outros projetos. Nesta quarta-feira (9), está previsto para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal votar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que propõe o fim da reeleição de cargos políticos (PEC 12/2022).

O relator da medida é o senador Marcelo Castro (MDB-PI), mesmo relator do projeto que determina um novo Código Eleitoral. Para os cargos de presidente da República, governadores e prefeitos, o projeto amplia o período de mandato para cinco

anos e determina o fim da reeleição. Deputados federais, estaduais, distritais e vereadores também terão o mandato estendido para cinco anos e senadores terão um mandato de dez anos.

Se aprovadas, as mudanças passarão a valer a partir de 2030, passando por um período de transição a partir de 2026. Nessa transição, prefeitos e vereadores que forem eleitos nas próximas eleições de 2028 terão um mandato de apenas dois anos. Em contrapartida, os senadores que forem eleitos nas próximas eleições de 2026 terão um mandato de nove anos.

Um dia antes, nesta terça-feira (8), a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Bets ouvirá o depoimento do presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galvão. No encontro, ele será questionado sobre a fiscalização das transações financeiras das casas de apostas. Os parlamentares também esperam conseguir informações sobre a capacidade do BC de rastreamento de transações irregulares, a possibilidade de implementação de regras específicas para transferências de recursos envolvendo o setor de jogos online e a avaliação do impacto econômico das apostas sobre o sistema financeiro brasileiro.